TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE — UCF

ESTUDO TÉCNICO N. 01/2025 – UCF/Conofis/CLDF

Tema em análise: Estudo sobre o perfil e a atuação das mulheres da CLDF

Requerente: Procuradoria Especial da Mulher (PEM)

Processo SEI: 00001-00049791/2024-23 **Modalidade:** Consultoria Técnico-Legislativa

Período analisado: 1991 a 2025 Data de entrega: fevereiro de 2025 Área temática: Direitos da Mulher

Palavras-chave: participação política e social das mulheres; representatividade

feminina

TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE — UCF

ESTUDO TÉCNICO N. 01/2025 – UCF/Conofis/CLDF¹

EQUIPE RESPONSÁVEL

Chefia da Conofis

Ana Paula da C. Fernandes

Consultores Técnico-Legislativos

Ana Daniela Rezende Pereira Neves (Revisora de Texto) Gabriela Cruz Morais – CRA-DF n. 20-33370 Juliana Simon (Chefe da UCF) – CRA-DF n. 20-33122 Nazareno Arão da Silva (Revisor de Texto)

¹ As atividades de consultoria técnico-legislativa e assessoramento especializado não expressam necessariamente a posição da instituição ou de seus integrantes, desobrigados estes, em qualquer caso, de compromisso institucional ou pessoal em razão da orientação ou da destinação dada ao trabalho pelo solicitante.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do quantitativo de deputadas e deputados nas legislaturas
LISTA DE TABELAS
Tabela 1 – Histórico da ocupação da presidência e vice-presidência das Comissões Permanentes por deputadas distritais
LISTA DE QUADROS
Quadro 1 – Consolidado de dados sobre deputadas eleitas
Quadro 2 – Representantes Femininas na 9ª legislatura 2023-2026 (atual)
Quadro 3 – Representantes Femininas na 8ª legislatura 2019-2022
Quadro 4 – Representantes Femininas na 7ª legislatura 2015-2018
Quadro 5 – Representantes Femininas na 6ª legislatura 2011-2014
Quadro 6 – Representantes Femininas na 5ª legislatura 2007-2010
Quadro 8 – Representantes Femininas na 3ª legislatura 1999-2002
Quadro 9 – Representantes Femininas na 3ª legislatura 1995-1998
Quadro 10 – Representantes Femininas na 1ª legislatura 1991-1994
Quadro 11 – Deputadas suplentes que assumiram mandato



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAF
 CAS
 COMISSÃO de Assuntos Fundiários
 COMISSÃO de Assuntos Sociais
 CCJ
 COMISSÃO de ConstituiçÃO e Justiça
 CDC
 COMISSÃO de Defesa do Consumidor

CDDHCLP Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e

Legislação Participativa

CDDM Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

CDESCTMAT Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência,

Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo

CEC Comissão de Educação e Cultura

CEOF Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

CF/88 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CFGTC Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle

CLDF Câmara Legislativa do Distrito Federal

CPRA Comissão de Produção Rural e Abastecimento

CS Comissão de Segurança CSA Comissão de Saúde

CTMU Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana

DCL Diário da Câmara Legislativa

DEM Democratas

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPU Inter-Parliamentary Union

MDB Movimento Democrático Brasileiro

ONMP Observatório Nacional da Mulher na Política

PEJUV Procuradoria Especial de Defesa dos Direitos da Juventude

PEM Procuradoria Especial da Mulher

PFL Partido da Frente Liberal

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN Partido da Mobilização Nacional

PP Partido Progressista

PPS Partido Popular Socialista
PR Partido da República

PROS Partido Republicano da Ordem Social

PRO60+ Procuradoria Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

PRTB Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB Partido Socialista Brasileiro **PSD** Partido Social Democrático

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

PSL Partido Social Liberal

PT Partido dos Trabalhadores
RICLDF Regimento Interno da CLDF
SEAM Setor de Anais e Memórias
TSE Tribunal Superior Eleitoral

UCT Unidade de Tecnologia Aplicada, Ciência de Dados e Inteligência

Artificial



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

APRESENTAÇÃO

Trata-se de Estudo Técnico solicitado pela Procuradoria Especial da Mulher (PEM) acerca do perfil e da atuação das mulheres na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

O presente trabalho foi elaborado em consonância com o disposto no inciso IV do art. 10. da Resolução n. 338/2023, o qual estabelece:

Art. 10. À Conofis compete:

IV – realizar, sempre que solicitado, estudos, responder a consultas e prestar esclarecimentos técnico-legislativos em matéria de planos, programas e ações governamentais, inclusive em matéria de execução orçamentária, tecnologia aplicada, relacionadas às suas competências e áreas de especialização dos consultores técnico-legislativos, no desempenho da atividade de fiscalização, controle e acompanhamento de políticas e contas públicas;

TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

SUMÁRIO

1. METODOLOGIA	8
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	<u> </u>
3. PANORAMA DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA CLDF	
3.1 Perfil das parlamentares da CLDF	18
3.1.1 Perfil das deputadas suplentes que assumiram mandato	29
4. CONCLUSÕES	34
REFERÊNCIAS	



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

1. METODOLOGIA

Este Estudo Técnico está fundamentado no levantamento e na consolidação de dados coletados durante o período de **9 de dezembro de 2024 a 23 de janeiro de 2025**, mediante consultas a sítios eletrônicos, em especial ao da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), nas seções que disponibilizam dados sobre os deputados distritais, as legislaturas, as composições das mesas e comissões, e as memórias do órgão. Destaca-se que o Setor de Anais e Memórias (SEAM) desta Casa de Leis elaborou levantamento intitulado "Deputados Distritais em Números", que embasou parte deste Estudo.

Considerando que classificar significa, em essência, ordenar determinado conjunto de seres ou coisas em agrupamentos menores, a partir de características semelhantes partilhadas por alguns e não compartilhada pelos demais (Araújo, 2006), por solicitação da demandante, a classificação dos marcadores seguiu a listagem a seguir:

- i. Raça;
- ii. Data de nascimento/idade;
- iii. Partido político;
- iv. Profissão;
- v. Escolaridade;
- vi. Cargos ocupados durante o mandato na CLDF.

A classificação de raça/cor adotada neste estudo segue a categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseada na autodeclaração dos indivíduos, conforme os dados disponíveis no *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No entanto, não foi possível obter informações sobre a autodeclaração de todas as parlamentares analisadas, especialmente aquelas de mandatos mais antigos. Por esta razão, diversos campos relativos a esse marcador foram registrados como "não informado". As categorias definidas pelo IBGE são: Preto, Pardo, Branco, Indígena e Amarelo.

No que se refere ao segundo marcador, optou-se por disponibilizar tanto a data de nascimento quanto a idade atual das deputadas, em vez de apenas a idade, como previsto inicialmente. A intenção é proporcionar maior clareza e facilitar a identificação da idade das parlamentares durante o período de exercício dos seus mandatos.

Durante a pesquisa biográfica, observou-se que algumas parlamentares exerceram mais de uma profissão ao longo de suas trajetórias. Não obstante, este Estudo considerou apenas as profissões informadas nos *sites* oficiais da CLDF ou do TSE. Quanto à escolaridade, essa informação não é disponibilizada no *site* da CLDF,



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

motivo pelo qual os dados foram coletados, majoritariamente, no *site* do TSE. No entanto, esse portal fornece informações apenas a partir das eleições municipais de 2004. Dessa forma, as informações relativas às primeiras legislaturas são escassas e aparecem com o *status* "não informado".

Por fim, para o último marcador, foi considerada a participação das parlamentares da CLDF na composição da Mesa Diretora (Presidência, Primeira Vice-Presidência, Segunda Vice-Presidência, Primeira Secretaria, Segunda Secretaria, Terceira Secretaria e Quarta Secretaria). Além disso, foram consideradas suas atuações na Presidência ou Vice-Presidência das Comissões Permanentes e nas Procuradorias Especiais desta Casa de Leis.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A representação feminina na política brasileira tem crescido de forma desacelerada, desde a conquista do direito ao voto em 1932, quando o Código Eleitoral, em seu art. 2º, passou a definir como eleitor "o maior de 21 anos, sem distinção de sexo". No entanto, a efetiva participação das mulheres como eleitoras e candidatas ocorreu apenas em 1933, com a Assembleia Nacional Constituinte. Naquela ocasião, a médica e professora Carlota Pereira de Queirós foi eleita deputada federal por São Paulo, tornando-se a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados (Marques, 2019).

A Constituição de 1934 consolidou a igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres, desde que maiores de 18 anos e alfabetizados. O voto era facultativo para as mulheres, exceto para as que exercessem função pública remunerada, para as quais o voto era obrigatório.

Apesar dos avanços, ainda perduram uma significativa desigualdade entre a representação masculina e feminina nos espaços de poder e decisão e um extenso percurso no enfrentamento dos desafios e das resistências que evidenciam a desigualdade de gênero na política do país.

Segundo o Censo do IBGE de 2022, as mulheres representam 51,5% da população brasileira e 53% do eleitorado, conforme dados da Justiça Eleitoral. Entretanto, essa expressiva presença não se reflete na política. Nas eleições gerais de 2022, quando foram disputados os cargos de Presidente da República, Governadores, Senadores e Deputados, apenas 311 mulheres foram eleitas, o equivalente a 18% dos candidatos vitoriosos (Tribunal Superior Eleitoral, 2024b). Na Câmara dos Deputados, há atualmente 91 deputadas entre 513 parlamentares, representando apenas 17,7% do total. No Senado, a porcentagem é ainda menor: das 81 cadeiras, apenas 15 são ocupadas por mulheres (12,3%). Essa baixa representação coloca o Brasil na 136ª posição no *ranking* da *Inter-Parliamentary Union* (IPU) em janeiro de 2025.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

De acordo com o levantamento realizado pelo professor José Eustáquio Diniz Alves (2004), presente no artigo "A Mulher na Política e a Política de Cotas", da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, em 1994, as mulheres representavam apenas 8% das Assembleias Legislativas estaduais. Em 2022, esse percentual cresceu para 18%, com a eleição de 190 deputadas estaduais/distritais, um aumento de 3% em relação a 2018, quando foram eleitas 163 mulheres (Tribunal Superior Eleitoral, 2024b).

É importante mencionar que o Brasil vem adotando medidas de incentivo à participação feminina na política, como a veiculação de campanhas de conscientização com o fim de amenizar a disparidade da representatividade de gênero nos espaços de poder. A Lei n. 9.100, de 29 de setembro de 1995, introduziu a reserva de 20% das candidaturas de cada partido ou coligação para mulheres nas eleições municipais de 1996. Posteriormente, a Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabeleceu um sistema definitivo de cotas, exigindo que pelo menos 30% das candidaturas fossem destinadas a mulheres. No entanto, a falta de punição para os partidos que descumprem essa norma tem comprometido sua efetividade.

Conforme dados apresentados pelo Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP), nas eleições municipais de 2024, a cota de gênero foi descumprida em 772 municípios brasileiros. Em números absolutos, os dados da Justiça Eleitoral mostram que foram registradas 159.005 candidaturas femininas contra 304.344 masculinas, representando, respectivamente, 34% e 66% das candidaturas. Entre os eleitos, a disparidade é ainda maior: 12.349 mulheres (18%) contra 56.561 homens (82%).

Outra medida implementada com vistas a fomentar a presença feminina na política diz respeito à exigência de os partidos políticos aplicarem pelo menos 5% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação feminina na política (inciso V, art. 44, Lei n. 9.096, de 19 de setembro de 1995). Adicionalmente, a Emenda Constitucional n. 117/2022 incluiu o seguinte dispositivo no artigo 17 da Constituição Federal:

Art. 17.

[...]

§ 8º O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário.

A seção seguinte retrata a representatividade feminina na CLDF, apresentando o perfil das parlamentares e sua atuação nos espaços de poder e decisão da estrutura

♦

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA



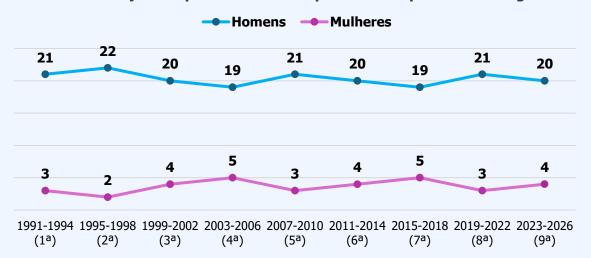
Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

do Legislativo distrital, abarcando o período compreendido da 1ª legislatura (1991-1994) à 9ª legislatura (2023-2026).

3. PANORAMA DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA CLDF

Desde 1990, a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) elegeu 18 deputadas distritais ao longo de nove legislaturas, o que representa **14,52%** do total de parlamentares eleitos (124). No mesmo período houve 33 mandatos de deputadas distritais, representando 15,28% do total. A quarta (2003-2006) e a sétima (2015-2018) legislaturas foram as que tiveram maior representação feminina, cada uma com cinco deputadas eleitas. Na legislatura atual (2023-2026), foram eleitas quatro deputadas, o que equivale a **16,67%** do total de parlamentares do último pleito. O **Gráfico 1** ilustra a evolução do quantitativo de deputados, separados por gênero, desde a primeira legislatura.

Gráfico 1 – Evolução do quantitativo de deputadas e deputados nas legislaturas



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2025.

O **Quadro 1** apresenta a consolidação dos dados acerca das deputadas eleitas até a 9^a legislatura (2023-2026).

Quadro 1 – Consolidado de dados sobre deputadas eleitas

Deputadas eleitas	18
Proporção de Eleitas – deputadas eleitas / nº total de	-
deputados(as) eleitos(as)	14,52%
Número de mandatos exercidos	33
Proporção de mandatos	15,28%
(nº de mandatos exercidos por deputadas /nº total de	
mandatos)	
Maior número de mandatos	3
Deputadas com maior número de mandatos	3



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Deputadas na legislatura atual	4
Proporção de deputadas na legislatura atual	16,67%
Legislaturas com maior número de deputadas	4ª e 7ª
Legislatura com menor número de deputadas	2ª
Nº de deputadas suplentes que assumiram mandato	10

Fonte: adaptada a partir da planilha Excel disponibilizada no portal da CLDF.

Em relação à participação destas deputadas nos espaços de poder e decisão, é importante destacar a estrutura das **Comissões Permanentes** da CLDF. Segundo o art. 55, inc. I, do Regimento Interno da CLDF (RICLDF), essas comissões têm caráter técnico-legislativo ou especializado, sendo responsáveis por apreciar assuntos e proposições submetidos a seu exame e sobre eles emitir parecer, além de exercer o acompanhamento de planos e programas governamentais e o controle dos atos dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como exercer a fiscalização orçamentária do Distrito Federal, no âmbito do respectivo campo temático e áreas de atuação (Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2024).

De acordo com art. 59 do RICLDF, o Legislativo distrital conta com 14 comissões permanentes, listadas a seguir:

- I Comissão de Constituição e Justiça (CCJ);
- II Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF);
- III Comissão de Assuntos Sociais (CAS);
- IV Comissão de Defesa do Consumidor (CDC);
- V Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa (CDDHCLP);
 - VI Comissão de Assuntos Fundiários (CAF);
 - VII Comissão de Educação e Cultura (CEC);
 - VIII Comissão de Segurança (CS);
- IX Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência,
 Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo (CDESCTMAT);
 - X Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle (CFGTC);
 - XI Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana (CTMU);
 - XII Comissão de Produção Rural e Abastecimento (CPRA);
 - XIII Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM);
 - XIV Comissão de Saúde (CSA).

Cada comissão permanente é composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, contando com um presidente e um vice-presidente eleitos entre seus membros titulares, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

Para o biênio 2025-2026, a distribuição das deputadas na presidência e vicepresidência das comissões permanentes é a seguinte (frise-se que a Comissão do Direito das Mulheres tem deputadas em ambos os cargos):

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

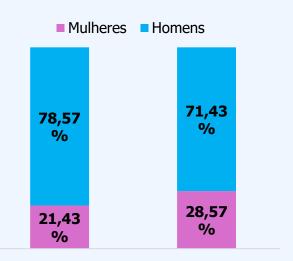
Três comissões presididas por deputadas:

- a. Comissão de Assuntos Fundiários (CAF);
- b. Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres (CDDM);
- c. Comissão de Saúde (CSA).

Quatro comissões com deputadas na vice-presidência:

- a. Comissão de Segurança (CS);
- b. Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo (CDESCTMAT);
- c. Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle (CFGTC);
 - d. Comissão do Direito das Mulheres (CDDM).
- O **Gráfico 2** apresenta a segmentação por gênero da composição desses cargos para o período analisado.

Gráfico 2 – Presidência e Vice-Presidência das Comissões Permanentes por gênero – Biênio: 2025-2026



Presidência Vice-Presidência Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2025.

Em relação à composição integral dessas comissões, considerando apenas os membros titulares, foram obtidos os resultados apresentados no **Gráfico 3**.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Gráfico 3 – Composição das Comissões Permanentes (somente membros titulares) – por gênero – Biênio: 2025-2026



Da composição dessas comissões, evidencia-se que:

- a. Uma única comissão tem maioria de mulheres: a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com 80% de participação feminina;
- b. Cinco comissões são integralmente constituídas por membros titulares do sexo masculino (CPRA, CTMU, CEC, CDC e CCJ);
- c. Três comissões possuem representação feminina de 40% (CEOF, CFGTC e CDESCTMAT);
- d. Cinco comissões apresentam representação feminina de 20% (CSA, CS, CAF, CDDHCLP e CAS).

No que se refere ao histórico de composição das comissões permanentes, a **Tabela 1** elenca a quantidade de deputadas que exerceram a presidência e a vice-presidência no período analisado.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orcamentária

Tabela 1 — Histórico da ocupação da presidência e da vice-presidência das Comissões Permanentes por deputadas distritais

Biênio	Quantidade de deputadas ocupando a Presidência	Quantidade de deputadas ocupando a Vice-Presidência
1999-2000	2	1
2001-2002	12	43
2003-2004	3 ⁴	6 ^{5 6}
2005-2006	4 ^{7 8}	2 ⁹
2007-2008	2 ¹⁰	0
2009-2010	3 ¹¹ 12	313 14
2011-2012	3 ¹⁵	2
2013-2014	2	0
2015-2016	3	1
2017-2018	2	3

² A Presidência da Comissão de Educação e Saúde foi ocupada pela deputada Lúcia Carvalho somente em 2002.

³ As Vice-Presidências da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Defesa do Consumidor foram ocupadas pela deputada Maria José (Maninha) somente em 2002.

⁴ Considerando que a Presidência da Comissão de Educação e Saúde foi ocupada pela deputada Eurides Brito somente em 2004.

⁵ As Vice-Presidências da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente foram ocupadas pela deputada Eliana Pedrosa somente em 2004.

⁶ A Vice-Presidência da Comissão de Assuntos Fundiários foi ocupada pela deputada Anilcéia Machado somente em 2004.

⁷ A Presidência da Comissão de Assuntos Fundiários foi ocupada pela deputada Ivelise Longhi parcialmente em 2005 e integralmente em 2006.

⁸ A Presidência da Comissão de Assuntos Sociais foi exercida pela deputada Eurides Brito somente por um período em 2005 e integralmente em 2006.

⁹ A Vice-Presidência da Comissão de Assuntos Fundiários foi exercida pela deputada Anilcéia Machado parcialmente em 2005 e em 2006.

¹⁰ A Presidência da Comissão de Constituição e Justiça foi exercida pela deputada Eurides Brito parcialmente em 2007 e integralmente em 2008.

¹¹ A Presidência da Comissão de Assuntos Sociais foi exercida pela deputada Erika Kokay somente em 2010.

¹² A Presidência da Comissão de Educação e Saúde foi exercida pela deputada Eurides Brito parcialmente em 2010.

¹³ A Vice-Presidência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças foi exercida pela deputada Eurides Brito integralmente em 2009 e parcialmente em 2010.

¹⁴ A Vice-Presidência da Comissão de Educação e Saúde foi exercida pela deputada Eliana Pedrosa somente em 2010.

¹⁵ A Presidência da Comissão de Defesa do Consumidor foi exercida pela deputada Arlete Sampaio somente em 2012.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

2019-2020	1 ¹⁶	1
2021-2022	4 ¹⁷ 18	0
2023-2024	4 ¹⁹	3 ²⁰
2025-2026	3	4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2025.

Ao longo das nove legislaturas, as comissões permanentes foram presididas por deputadas distritais em 37 ocasiões. Cabe ressaltar que as deputadas podem exercer concomitantemente a presidência de uma comissão e a vice-presidência de outra, situação observada em 30 ocasiões. Os dados disponibilizados no sítio da CLDF iniciam no biênio 1999-2000. No entanto, pesquisa nos Diários da Câmara Legislativa (DCL) revelou que, entre 1992 e 1998, esses cargos não foram ocupados por deputadas. Além disso, o levantamento considerou as nomeações temporárias, mesmo sem conclusão do biênio.

Quanto à composição da **Mesa Diretora da CLDF**, trata-se de um órgão colegiado responsável pela condução dos trabalhos legislativos e administrativos, conforme estabelecido pelo RICLDF. Atualmente, a mesa é composta por sete integrantes (Presidente, dois Vice-Presidentes e quatro Secretários). De acordo com o art. 9º do RICLDF, a Mesa Diretora é eleita para mandato de dois anos, permitida uma única recondução para o mesmo cargo, na mesma legislatura ou na seguinte, assegurando-se, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária (Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2024). Ressalva-se que até o dia 6 de janeiro de 2025, este órgão colegiado era composto por cinco membros (Presidente, Vice-Presidente e três Secretários).

No biênio 2025-2026, **uma deputada distrital** ocupa a **Segunda Vice-Presidência**, representando **14,28%** da composição da Mesa Diretora. O **Gráfico 4** ilustra a composição dos membros titulares por gênero, ao longo dos biênios que integraram as nove legislaturas da CLDF.

¹⁶ A Presidência da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle foi exercida pela deputada Jaqueline Silve somente em 2019.

¹⁷ A Presidência da Comissão de Assuntos Sociais foi exercida pela deputada Prof. Maria Antônia parcialmente em 2022.

¹⁸ A Presidência da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres foi exercida pela deputada Doutora Jane parcialmente em 2024.

¹⁹ A Presidência da Comissão de Segurança foi exercida pela deputada Doutora Jane integralmente em 2023 e parcialmente em 2024.

²⁰ A Vice-Presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher foi exercida pela deputada Dayse Amarilio parcialmente em 2024.

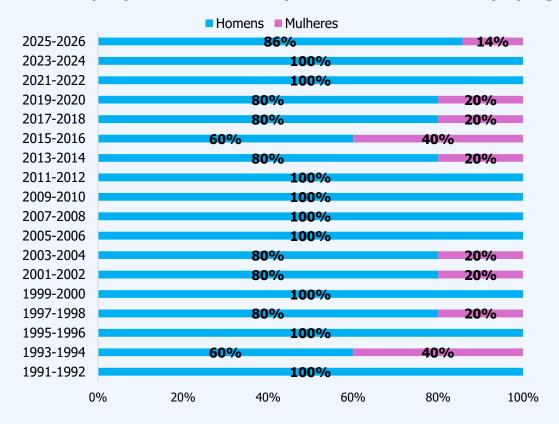


TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Gráfico 4 – Composição da Mesa Diretora (somente membros titulares) – por gênero



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2025.

Da composição da Mesa Diretora, evidencia-se que:

- a. Em nove biênios, a Mesa Diretora teve constituição integralmente masculina. Ressalta-se que no biênio 2019-2020, o Terceiro Secretário inicialmente eleito pediu afastamento, de forma que o comando da referida Secretaria foi exercido por uma deputada distrital;
- b. Os biênios 1993-1994 (primeira legislatura) e 2015-2016 (sétima legislatura) apresentaram a maior representação feminina, com duas deputadas integrando a Mesa Diretora.

No que se refere às **Procuradorias Especiais**, a CLDF conta com três órgãos dessa natureza: a Procuradoria Especial da Mulher (PEM), a Procuradoria Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (PRO60+) e a Procuradoria Especial de Defesa dos Direitos da Juventude (PEJUV). Todas são constituídas por um deputado procurador especial e um deputado procurador adjunto, designados pelo Presidente da CLDF a cada 2 anos, no início de cada biênio legislativo. Destaca-se que, no caso da **Procuradoria Especial da Mulher**, esses **cargos são exclusivos de deputadas.** O **Gráfico 5** apresenta a composição dessas procuradorias desde suas respectivas criações, segmentada por gênero.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Gráfico 5 — Composição das Procuradorias Especiais — por gênero 100% 90% 80% 70% 60% 50% 100% 100% 100% 40% 30% 20% 10% 0% PEM PRO60+ **PEJUV**

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2025. (*) PEM instituída em 2013; (*) PRO60+ instituída em 2020. (*) PEJUV instituída em 2023.

■ Mulheres ■ Homens

Da composição das Procuradorias Especiais, observa-se que:

- a. Conforme estipulado no art. 106 do RICLDF, os cargos de procuradora especial da mulher e de procuradora adjunta são ocupados exclusivamente por deputadas; portanto, tem-se o quadro 100% feminino;
- b. A PRO60+ criada em 2020, com início de atuação no biênio 2021-2022, teve os cargos de procurador especial e de procurador adjunto preenchidos integralmente por deputados. Situação similar é a da composição da PEJUV, em atuação desde 2024.

3.1 Perfil das parlamentares da CLDF

Na legislatura 2023-2026, todas as quatro deputadas eleitas possuem ensino superior completo. Quanto à distribuição racial, com base nos dados do TSE, duas se autodeclararam brancas (50%), uma se identificou preta (25%) e uma não informou (25%). O **Gráfico 6** ilustra a proporção racial das deputadas nas últimas quatro legislaturas.

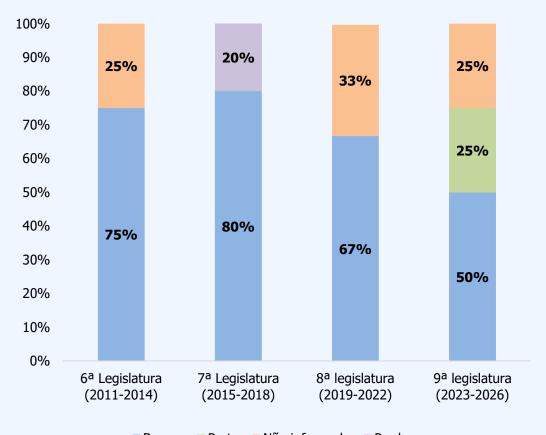


TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Gráfico 6 – Proporção de deputadas por raça, 6^a a 9^a legislatura



■ Branca ■ Preta ■ Não informada ■ Parda Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2025.

Em relação às profissões, a 9ª legislatura conta com duas deputadas empresárias, uma enfermeira e uma policial civil (**Quadro 2**). Os quadros a seguir, seccionados por legislatura, apresentam o perfil das parlamentares da CLDF seguindo a metodologia e os marcadores fixados pela demandante.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Quadro 2 – Representantes femininas na 9^a legislatura 2023-2026 (atual)

	Quadro 2 – Representantes femininas na 9º legislatura 2023-2026 (atual)							
	Raça	Data de	Partido	Profissão	Escolaridade	Cargos ocupados		
		nascimento	Político					
Dayse Amarilio	Branca	17/9/1977	Partido	Enfermeira	Ensino superior	Procuradora Especial da Mulher; Procuradora		
		(47 anos)	Socialista			Adjunta da Mulher; Presidente da Comissão de		
			Brasileiro (PSB)			Assuntos Sociais; Vice-Presidente da Comissão de		
						Educação, Saúde e Cultura; Presidente da		
						Comissão de Saúde;		
						Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos		
						Direitos da Mulher.		
Doutora Jane	Preta	1º/3/1963	Movimento	Policial Civil	Ensino superior	Procuradora Especial da Mulher;		
		(61 anos)	Democrático			Procuradora Adjunta da Mulher; Presidente da		
			Brasileiro			Comissão de Segurança; Suplente de Segundo		
			(MDB)			Secretário na Mesa Diretora; Presidente da		
						Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; Vice-		
						Presidente da Comissão de Segurança.		
Jaqueline Silva	Não	21/4/1980	Movimento	Empresária	Ensino Superior	Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários;		
	informado	(44 anos)	Democrático			Procuradora Adjunta da Mulher.		
			Brasileiro					
			(MDB)					
Paula Belmonte	Branca	23/6/1973	Cidadania	Empresária	Ensino superior	Segunda Vice-Presidente na Mesa Diretora;		
		(51 anos)				Procuradora Especial da Mulher;		
						Procuradora Adjunta da Mulher; Vice-Presidente da		
						Comissão de Desenvolvimento Econômico		
						Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e		
						Turismo; Presidente da Comissão de Fiscalização,		
						Governança, Transparência e Controle; Vice-		
						Presidente da Comissão de Fiscalização,		
						Governança, Transparência e Controle.		



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Quadro 3 — Representantes femininas na 8ª legislatura 2019-2022

	Raça	Data de	Partido Político	Profissão	Escolaridade	Cargos ocupados
_		nascimento				
Arlete	Branca	28/6/1950	Partido dos	Médica	Ensino	Presidente da Comissão de
Sampaio		(74 anos)	Trabalhadores (PT)		Superior	Educação, Saúde e Cultura;
						Procuradora-adjunta da
						Procuradoria Especial da Mulher.
Jaqueline	Não informado	21/4/1980	Movimento	Empresária	Ensino	Vice-presidente da Comissão de
Silva		(44 anos)	Democrático		Superior	Desenvolvimento Econômico
			Brasileiro (MDB)			Sustentável, Ciência, Tecnologia,
						Meio Ambiente e Turismo;
						Presidente da Comissão de
						Fiscalização, Governança,
						Transparência e Controle;
						Presidente da Comissão de
						Constituição e Justiça; Terceira
						Secretária da Mesa Diretora;
						Suplente do Terceiro Secretário.
Júlia Lucy	Branca	21/11/1985	União Brasil	Servidora	Ensino	Procuradora Especial da Mulher;
		(39 anos)		Pública Federal	Superior	Presidente da Comissão de
						Desenvolvimento Econômico
						Sustentável, Ciência, Tecnologia,
						Meio Ambiente e Turismo;



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Quadro 4 – Representantes femininas na 7^a legislatura 2015-2018

Quadro 4 – Representantes remininas na 7º legislatura 2015-2018							
	Raça	Data de nascimento	Partido Político	Profissão	Escolaridade	Cargos ocupados	
Celina Leão	Branca	2/3/1977 (47 anos)	Partido Progressista (PP)	Administradora de Empresa	Ensino Superior	Presidente da Mesa Diretora; Procuradora Especial da Mulher.	
Liliane Roriz	Branca	16/4/1966 (58 anos)	Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	Administradora de Empresa	Ensino Superior	Vice-Presidente da Mesa Diretora; Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.	
Luzia de Paula	Branca	2/3/1955 (69 anos)	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	Professora	Ensino Superior	Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.	
Sandra Faraj	Branca	12/2/1975 (49 anos)	Partido da República (PR)	Administradora de Empresa	Ensino Superior	Primeira Secretária da Mesa Diretora; Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; Vice- Presidente da Comissão de Segurança; Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.	
Telma Rufino	Parda	12/8/1968 (56 anos)	Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	Administradora/ Gestora Pública	Ensino Superior	Suplente de Primeiro Secretário da Mesa Diretora; Procuradora Especial da Mulher; Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários; Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.	



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Quadro 5 — Representantes femininas na 6ª legislatura 2011-2014

			entantes reminina			
	Raça	Data de	Partido Político	Profissão	Escolaridade	Cargos ocupados
		nascimento				
Arlete	Branca	28/6/1950	Partido dos	Médica	Ensino	Presidente da Comissão de Defesa
Sampaio		(74 anos)	Trabalhadores (PT)		Superior	do Consumidor.
Eliana Pedrosa	Não informado	26/2/1953	Partido Popular	Química	Ensino	Primeira Secretária da Mesa
		(71 anos)	Socialista (PPS)		Superior	Diretora; Vice-Presidente da
						Comissão de Educação, Saúde e
						Cultura.
Celina Leão	Branca	2/3/1977	Partido da	Administradora	Ensino	Presidente da Comissão de Defesa
		(47 anos)	Mobilização	de Empresa	Superior	dos Direitos Humanos, Cidadania,
			Nacional (PMN)			Ética e Decoro Parlamentar;
						Presidente da Comissão de
						Assuntos Sociais.
Liliane Roriz	Branca	16/4/1966	Partido Renovador	Administradora	Ensino	Suplente de Primeiro Secretário
		(58 anos)	Trabalhista	de Empresa	Superior	da Mesa Diretora; Presidente da
			Brasileiro (PRTB)			Comissão de Assuntos Sociais;
						Presidente da Comissão de
						Educação, Saúde e Cultura.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Quadro 6 – Representantes femininas na 5^a legislatura 2007-2010

Quadro 6 – Representantes femininas na 5º legislatura 2007-2010							
	Raça	Data de	Partido Político	Profissão	Escolaridade	Cargos ocupados	
		nascimento					
Eliana Pedrosa	Não informado	26/2/1953	Partido Democratas	Química	Ensino	Vice-Presidente da Comissão de	
		(71 anos)	(DEM)		Superior	Educação e Saúde.	
Erika Kokay	Não informado	15/8/1957	Partido dos	Bancária	Ensino	Presidente e Vice-Presidente da	
		(67 anos)	Trabalhadores (PT)		Superior	Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e	
						Decoro Parlamentar; Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.	
Eurides Brito	Não informado	28/2/1937 (87 anos*)	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Professora (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	Ensino Superior (informação indisponível no site da CLDF e TSE)	Presidente da Comissão de Educação e Saúde; Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.	
Jaqueline Roriz	Não informado	18/8/1962 (62 anos)	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	Administradora	Ensino Superior	Suplente de Terceiro Secretário da Mesa Diretora; Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.	

^{*}A ex-deputada faleceu em 3/2/2025.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Quadro 7 – Representantes femininas na 4ª legislatura 2003-2006

	Quadro 7 – Representantes femininas na 4º legislatura 2003-2006						
	Raça	Data de	Partido Político	Profissão	Escolaridade	Cargos ocupados	
Anilcéia Machado	Não informado	13/9/1959 (65 anos)	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	Economista (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	Ensino Superior (informação indisponível no site da CLDF e TSE)	Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários.	
Arlete Sampaio	Branca	28/6/1950 (74 anos)	Partido dos Trabalhadores (PT)	Médica	Ensino Superior	Presidente da Comissão de Educação e Saúde.	
Eliana Pedrosa	Não informado	26/2/1953 (71 anos)	Partido da Frente Liberal (PFL)	Química	Ensino Superior	Segunda Secretária da Mesa Diretora; Corregedora; Vice- Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças; Vice- Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.	
Erika Kokay	Não informado	15/8/1957 (67 anos)	Partido dos Trabalhadores (PT)	Bancária	Ensino Superior	Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Vice-Presidente da Comissão de Educação e Saúde; Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.	
Eurides Brito	Não informado	28/2/1937 (87 anos*)	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Professora (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	Ensino Superior (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; Presidente da Comissão de Educação e Saúde; Vice-Presidente da Comissão de Educação e Saúde; Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.	
Ivelise Longhi (assumiu o mandato devido à	Não informado	20/1/1956 (68 anos)	Partido do Movimento	Arquiteta (informação indisponível	Ensino Superior (informação indisponível no	Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários.	



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

renúncia da	Democrático	no <i>site</i> da	<i>site</i> da CLDF e	
deputada Anilcéia	Brasileiro (PMDB)	CLDF e TSE)	TSE)	
Machado)	, ,	ŕ	,	

^{*}A ex-deputada faleceu em 3/2/2025.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Quadro 8 – Representantes femininas na 3ª legislatura 1999-2002

	Quadro o – Representantes remininas na 5º registatura 1999-2002									
	Raça	Data de	Partido	Profissão	Escolaridade	Cargos ocupados				
		nascimento	Político							
Anilcéia	Não	13/9/1959	Partido da Social	Economista	Ensino	Suplente de Segunda Secretária da Mesa				
Machado	informado	(65 anos)	Democracia	(informação	Superior	Diretora; Presidente da Comissão de				
			Brasileira (PSDB)	indisponível no	(informação	Constituição e Justiça.				
				<i>site</i> da CLDF e	indisponível					
				TSE)	no <i>site</i> da					
					CLDF e TSE)					
Lucia	Não	8/4/1954	Partido dos	Professora	Ensino	Presidente da Comissão de Assuntos				
Carvalho	informado	(70 anos)	Trabalhadores	(informação	Superior	Sociais;				
			(PT)	indisponível no	(informação	Vice-Presidente da Comissão de				
				<i>site</i> da CLDF e	indisponível	Constituição e Justiça; Presidente da				
				TSE)	no <i>site</i> da	Comissão de Educação e Saúde.				
					CLDF e TSE)					
Maria José-	Não	13/9/1948	Partido dos	Médica	Ensino	Primeira Secretária da Mesa Diretora; Vice-				
Maninha	informado	(76 anos)	Trabalhadores	(informação	Superior	Presidente da Comissão de Assuntos				
			(PT)	indisponível no	(informação	Sociais; Vice-Presidente da Comissão de				
				<i>site</i> da CLDF e	indisponível	Educação e Saúde; Vice-Presidente da				
				TSE)	no <i>site</i> da	Comissão de Defesa do Consumidor; Vice-				
					CLDF e TSE)	Presidente da Comissão de Economia,				
						Orçamento e Finanças;				



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Quadro 9 — Representantes femininas na 2ª legislatura 1995-1998

	Raça	Data de	Partido Político	Profissão	Escolaridade	Cargos ocupados
		nascimento				
Lucia Carvalho	Não informado	8/4/1954	Partido dos	Professora	Ensino	Presidente da Mesa Diretora.
		(70 anos)	Trabalhadores (PT)	(informação	Superior	
				indisponível no	(informação	
				<i>site</i> da CLDF e	indisponível no	
				TSE)	<i>site</i> da CLDF e	
					TSE)	
Maria José	Não informado	13/9/1948	Partido dos	Médica	Ensino	
Maninha		(76 anos)	Trabalhadores (PT)	(informação	Superior	
				indisponível no	(informação	
				<i>site</i> da CLDF e	indisponível no	
				TSE)	<i>site</i> da CLDF e	
					TSE)	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Quadro 10 – Representantes Femininas na 1ª legislatura 1991-1994

Quadro 10 - Representantes Ferminnas na 1º legislatura 1991-1994										
	Raça	Data de	Partido Político	Profissão	Escolaridade	Cargos ocupados				
		nascimento								
Lucia Carvalho	Não informado	8/4/1954	Partido dos	Professora	Ensino	Primeira Secretária da Mesa				
		(70 anos)	Trabalhadores (PT)	(informação	Superior	Diretora.				
				indisponível no	(informação					
				<i>site</i> da CLDF e	indisponível no					
				TSE)	<i>site</i> da CLDF e					
					TSE)					
Maria de	Não informado	14/8/1944	Partido da Social	Assistente	Ensino	Vice-Presidente da Comissão de				
Lourdes		(80 anos)	Democracia	Social	Superior	Sistematização, na elaboração da				
Abadia			Brasileira (PSDB)	(informação	(informação	Lei Orgânica.				



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

				indisponível no	indisponível no	
				<i>site</i> da CLDF e	<i>site</i> da CLDF e	
				TSE)	TSE)	
Rose Mary Miranda	Não informado	24/5/1954 (70 anos)	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Radialista (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	Não identificado	Vice-Presidente da Mesa Diretora.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

3.1.1 Perfil das deputadas suplentes que assumiram mandato

Conforme disposto no art. 84 da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965, a eleição para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais obedece ao princípio da representação proporcional. A referida Lei estabelece que serão considerados suplentes dos partidos políticos e das federações que obtiveram vagas os mais votados sob a mesma legenda ou federação e que não foram efetivamente eleitos. A lista de suplentes obedece à ordem decrescente de votação e, em caso de empate, a ordenação é feita na ordem decrescente de idade.

No âmbito distrital, a convocação de suplentes de deputados é disciplinada pelo art. 27 do RICLDF, conforme excerto a seguir:

Art. 27. A Mesa Diretora deve convocar, no prazo de 2 dias, o suplente de Deputado Distrital, nos casos de:

I – ocorrência de vaga;

II – investidura do titular nas funções definidas no art. 19, I;

III – licença para tratamento de saúde do titular, desde que o prazo original seja superior a 120 dias, vedada a soma de períodos para esse efeito, estendendo-se a convocação por todo o período da licença e de suas prorrogações.

Destaca-se que os suplentes desempenham as mesmas funções e têm as mesmas responsabilidades que os titulares, incluindo participação em sessões e votação em projetos de lei. O **Quadro 11** lista os perfis das deputadas suplentes que assumiram mandato ao longo das nove legislaturas.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Quadro 11 - Deputadas suplentes que assumiram mandato

	Legislatura	Raça	Data de nascimento	Partido Político	Profissão	Escolaridade	Descrição
Ivelise Longhi	4ª legislatura	Não informado	20/1/1956 (68 anos)	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Arquiteta (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	Ensino Superior (informação indisponível no site da CLDF e TSE)	1ª Suplente da coligação PMDB/PSDB/PST, assumiu, entre 6/7/2004 e 10/12/2004, a vaga do deputado Leonardo Prudente, licenciado para a Secretaria de Trabalho do GDF. Entre 28/3/2005 e 10/3/2006, assumiu a vaga do deputado Gim Argello, licenciado para a Secretaria de Estado do Trabalho do GDF, quando assumiu a titularidade do mandato devido à renúncia da deputada Anilcéia Machado.
Maria da Guia	4 ^a legislatura	Não informado	2/9/1940 (84 anos)	PSD (Partido Social Democrático)	Professora (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	Ensino Superior (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	3ª Suplente do PSD, assumiu, nos períodos entre 28/3/2005 e 23/11/2005, 25/11/2005 e 3/4/2006, a vaga do deputado Pedro Passos, licenciado para a Secretaria da Agricultura do GDF e para a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do GDF, respectivamente.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

	Legislatura	Raça	Data de nascimento	Partido Político	Profissão	Escolaridade	Descrição
Luzia de Paula	5ª legislatura	Não informado	2/3/1955 (69 anos	PSL (Partido Social Liberal)	Arquiteta (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	Ensino Superior (informação indisponível no site da CLDF e TSE)	1ª Suplente da coligação PMDB/PSDB/PST, assumiu, entre 6/7/2004 e 10/12/2004, a vaga do deputado Leonardo Prudente, licenciado para a Secretaria de Trabalho do GDF, e entre 28/3/2005 e 10/3/2006, a vaga do deputado Gim Argello, licenciado para a Secretaria de Estado do Trabalho do GDF, quando assumiu a titularidade do mandato devido à renúncia da deputada Anilcéia Machado.
Eurides Brito	5 ^a legislatura	Não informado	28/2/1937 (87 anos)	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Professora (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	Ensino Superior (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	1ª Suplente do PMDB, ocupou em 16/8/2007 a vaga do deputado Pedro Passos, que renunciou em 14/8/2007. Foi afastada em 18/5/2010 até a conclusão das investigações e procedimentos contra ela.
Ivelise Longhi	5 ^a legislatura	Não informado	20/1/1956 (68 anos)	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Arquiteta (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	Ensino Superior (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	4ª Suplente PMDB, empossada em 2/3/2010 para apreciação do pedido de <i>impeachment</i> do governador do DF.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

Rejane	6a	Não	1º/10/1956	PT (Partido	Professora	Ensino	1ª Suplente do PT, ocupou, em
Guimarães Pitanga	legislatura	informado	(68 anos)	dos Trabalhadores)	(informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	Superior (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	5/1/2011, a vaga da deputada Arlete Sampaio, que se licenciou para assumir a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do GDF.
Luzia de Paula	6ª legislatura	Não informado	2/3/1955 (69 anos)	PPS (Partido Popular Socialista)	Professora (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	Ensino Superior (informação indisponível no <i>site</i> da CLDF e TSE)	1ª Suplente do PPS, ocupou, em 24/1/2011, a vaga do deputado Alírio Neto, que se licenciou para assumir a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do GDF.
Telma Rufino	8a legislatura	Parda	12/8/1968 (56 anos)	Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	Administradora/ Gestora Pública	Ensino Superior	1ª Suplente do PROS, ocupou, entre 8/1/2019 e 17/6/2021, a vaga do deputado Delegado Fernando Fernandes, que assumiu a Administração Regional de Ceilândia.
Kelly Bolsonaro	ga legislatura	Parda	10/6/1986 (38 anos)	PATRIOTA	Do lar	Ensino Médio	1ª Suplente do PATRIOTA, ocupou, entre 24/5/2019 e 19/6/2019, a vaga do deputado Daniel Donizet, que se licenciou para assumir a Administração do Gama no período de 22/5/2019 a 19/6/2019, reassumindo em seguida o mandato.
Professora Maria Antônia	8 ^a legislatura	Branca	05/04/1957 (67 anos)	Solidariedade	Servidora pública aposentada	Ensino Superior	1 ^a Suplente do Solidariedade ocupando entre 20/12/2021 a 14/03/2022 a vaga do



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

			Deputado Martins Machado que
			se licenciou para assumir a
			Secretaria Extraordinária da
			Família do DF.



TERCEIRA SECRETARIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



4. CONCLUSÕES

De acordo com Moraes (2007, p. 59), o princípio democrático expresso no parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal de 1988 – todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente – demanda a interpretação de que "a titularidade dos mandatos no executivo ou legislativo somente será legítima quando puder ser relacionada, de maneira mediata ou imediata, a um ato concreto de expressão popular". Nesse sentido, a *Inter-Parliamentary Union* (1999, tradução nossa) afirma que "o alcance da democracia pressupõe a parceria genuína entre homens e mulheres na condução dos assuntos da sociedade, trabalhando em regime de igualdade e complementaridade". Essa parceria oportuniza as diferenças como um instrumento indutor de enriquecimento dos resultados.

No contexto da representatividade feminina na CLDF, desde 1990, ao longo de nove legislaturas, foram eleitas 18 deputadas distritais, o que representa **14,52%** do total de 124 deputados distritais eleitos nesse período. Quanto à participação feminina nos espaços de poder e decisão, evidenciou-se que:

- ao longo das nove legislaturas, deputadas distritais ocuparam a presidência de comissão permanente em 37 ocasiões, considerando também os períodos de exercício temporário desses cargos.
- em nove biênios, a Mesa Diretora foi composta exclusivamente por homens.
- os biênios 1993-1994 (1ª legislatura) e 2015-2016 (7ª legislatura) registraram a maior representação feminina na Mesa Diretora, com duas deputadas.
- com exceção dos cargos de procuradora especial da mulher e de procuradora adjunta, que são ocupados exclusivamente por deputadas (art. 106, RICLDF), todos os demais cargos de Procuradorias Especiais foram preenchidos por deputados.

Quanto ao perfil das parlamentares da CLDF na legislatura 2023-2026, todas as quatro deputadas eleitas possuem ensino superior completo. Em relação à raça, duas se autodeclararam brancas (50%), uma se autodeclarou preta (25%) e uma não informou (25%).

Embora diversas iniciativas tenham sido empreendidas ao longo dos anos para tornar a participação feminina mais igualitária no cenário político brasileiro, como a instituição de cotas de gênero para o preenchimento das candidaturas nas eleições, essa representação ainda é muito limitada. Torna-se essencial a adoção de novas medidas que estimulem e permitam maior participação de mulheres nos espaços de



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

poder. Não obstante, essas iniciativas devem ser eficazes e progressivas, uma vez que normas sem mecanismos de aplicação ou sem consequências para o seu descumprimento tendem a se tornar ineficazes.

Além dessas iniciativas, é preciso pensar em formas eficazes de conscientizar a população acerca da igualdade de oportunidades e representação na esfera política, enfatizando a importância de superar barreiras de gênero.

Adicionalmente, elucida-se que as informações presentes neste Estudo servirão de subsídio para o painel desenvolvido pela Unidade de Tecnologia Aplicada, Ciência de Dados e Inteligência Artificial (UCT) da Conofis.

TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A Mulher na Política e a Política de Cotas**. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: https://mulheresnopoder.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/BR_ART_01_A_MULHER_NA_POLITICA_E_A_POLITICA_DE _COTAS.pdf. Acesso em: jan. 2025.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Fundamentos Teóricos da Classificação.** Florianópolis, n. 22, 2º semestre, 2006. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/51615. Acesso em: dez. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.** Decreta o Código Eleitoral. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: jan. 2025.

BRASIL. **Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965.** Institui o Código Eleitoral. Disponível em: https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-lcodigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965. Acesso em: jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.096, de 19 de setembro de 1995.** Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3°, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-dos-partidos-políticos/lei-dos-partidos-políticos-lei-nb0-9.096-de-19-de-setembro-de-1995. Acesso em: jan. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.100, de 29 de setembro de 1995.** Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm. Acesso em: jan. 2025.

BRASIL. **Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm. Acesso em: jan. 2025.



TERCEIRA SECRETARIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



BRASIL. MINISTÉRIO DAS MULHERES. **Ministério das Mulheres lança campanha** 'Mais mulheres no poder, mais democracia'. Disponível em:

https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/junho/ministerio-das-mulheres-lanca-campanha-mais-mulheres-no-poder-mais-democracia. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Erika Kokay**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/160575. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Jaqueline Roriz.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/97822. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Eurides Brito.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/133892/biografia. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Celina Leão**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/204380/biografia. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Biografia — Ivelise Longhi.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/ecocamara/recursos/bosque-dosconstituintes/pioneiros-1/biografia-2013-ivelise-longhi. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Especial Mulher - A história da participação feminina na política brasileira. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/radio/programas/266952-especial-mulher-a-historia-da-participacao-feminina-na-politica-brasileira-0743/. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Cota de gênero é descumprida em mais de 700 municípios brasileiros nas Eleições 2024. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/noticias-1/cota-de-genero-e-descumprida-em-mais-de-700-municipios-brasileiros-nas-eleicoes-2024. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Resolução n. 353, de 2024.** Institui o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, 2024. Disponível em:

https://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaNormaJuridicaNJURParaTextoLei-780164!buscarNormaJuridicaNJURParaTextoLei.action. Acesso em: jan. 2025.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Deputados Distritais.** Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/web/guest/deputados-distritais. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Mesas Diretoras.** Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/web/guest/mesas-diretoras. Acesso em: dez. 2024.



TERCEIRA SECRETARIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Memória da Câmara Legislativa **do DF.** Disponível em:

https://www.cl.df.gov.br/documents/5744400/4027809/Memoria-1.pdf. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Dayse Amarilio.** Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/web/guest/dayse-amarilio. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Doutora Jane.** Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/doutora-jane. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Jaqueline Silva. Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/web/guest/jaqueline-silva-2019-2022. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Paula Belmonte. Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/paula-belmonte. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Arlete Sampaio. Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/web/guest/arlete-sampaio-2019-2022. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Júlia Lucy.** Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/web/guest/julia-lucy-2019-2022. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Celina Leão. Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/celina-leao-2015. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Kelly Bolsonaro. Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/kelly-bolsonaro-2019. Acesso em: dez. 2024

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Liliane Roriz. Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/liliane-roriz-2015. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Luzia de Paula. Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/luzia-de-paula-2015. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Sandra Faraj. Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/sandra-faraj-2015. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Telma Rufino.** Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/telma-rufino-2015. Acesso em: dez. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Eliana Pedrosa. Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/web/guest/eliana-pedrosa. Acesso em: dez. 2024.



TERCEIRA SECRETARIA

Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Legislaturas anteriores.** Disponível em: https://www.cl.df.gov.br/web/guest/legislaturas-anteriores. Acesso em: dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama – Censo 2022**. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: dez. 2024.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. Participation of Women in Political Life. Series Reports and Documents, n. 35. Geneve: Inter-Parliamentary Union, 1999. Disponível em: http://archive.ipu.org/pdf/publications/womenplus5_en.pdf. Acesso em: jan. 2025.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. Monthly Ranking of Women in National Parliaments. Disponível em: https://data.ipu.org/women-ranking/. Acesso em: jan. 2025.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil.** 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf. Acesso em: jan. 2025.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional.** São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 59.

MUSEU DA PESSOA. **Escola de vida.** Disponível em:

https://museudapessoa.org/historia-de-vida/escola-de-vida-1/. Acesso em: dez. 2024.

MUSEUM OF THE PERSON. **Rejane Guimarães Pitanga.** Disponível em: https://museumoftheperson.us/pessoa/rejane-guimar-es-pitanga/. Acesso em: dez. 2024.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA MULHER NA POLÍTICA (ONMP). **Nota Técnica n. 6 – Estudo sobre o cumprimento da cota de participação feminina nas Eleições Municipais de 2024 por partidos e federações.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-damulher/nota-tecnica-6/view. Acesso em: dez. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. **Anilcéia Luzia Machado.** Disponível em: https://www2.tc.df.gov.br/conselheiro-marcio-michel/. Acesso em: dez. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. Brasília, 2024a. Disponível em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/eleicao. Acesso em: dez. 2024.



TERCEIRA SECRETARIA



Consultoria Técnico-Legislativa de Fiscalização, Controle, Acompanhamento de Políticas e Contas Públicas e Execução Orçamentária

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **TSE Mulheres – Estatísticas**. Brasília, 2024b. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/. Acesso em: dez. 2024.